



Educar em Revista

ISSN: 0104-4060

educar@ufpr.br

Universidade Federal do Paraná
Brasil

Gindin, Julián

Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011)

Educar em Revista, núm. 48, abril-junio, 2013, pp. 75-92

Universidade Federal do Paraná

Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155027924006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011)

Education workers' unionism: organizational and political trends (1978-2011)

Julián Gindin¹

RESUMO

O trabalho identifica as principais tendências políticas e organizacionais que reconstituíram as organizações de trabalhadores em educação no período 1978-2011 e sistematiza como se expressaram em cada estado os processos de criação, unificação e divisão de entidades; ampliação da base de representação; constituição como sindicato legalmente reconhecido; crescimento da filiação; e filiação e desfiliação à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Palavras-chave: sindicalismo docente; Central Única dos Trabalhadores.

ABSTRACT

This paper identifies the major political and organizational trends which reconstituted education workers' organizations between 1978 and 2011 in Brazil. The paper systematizes information related to the processes of creation, unification and division of organizations; the unions constituency expansion; the conversion into legally recognized unions, affiliation growing and the affiliation and disaffiliation with the Unique Workers' Central (CUT).

Keywords: teachers unionism; Unique Workers' Central (CUT).

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. *E-mail:* jgindin@id.uff.br

Introdução

Embora contemos com um corpus de pesquisas significativo sobre a atividade associativa e reivindicativa dos professores brasileiros, é difícil construir generalizações empiricamente fundamentadas sobre a realidade desse segmento de assalariados. O presente trabalho pretende contribuir a avançar nessa tarefa, sistematizando dados sobre a situação sindical das redes de ensino dos estados e das capitais estaduais, nas últimas três décadas². A relevância desta tarefa decorre do seguinte ponto de partida: a realidade sindical dos diferentes estados é irredutível à realidade federal. Consequentemente, a produção sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação, além de qualificar as suas perspectivas teóricas, precisa de um momento propriamente “indutivo” – momento no qual se inscreve essa contribuição.

Concentro-me no desenvolvimento organizacional e na identificação política das organizações de trabalhadores em educação. É verdade que as definições políticas de uma direção sindical têm consequências organizacionais, e que os processos organizacionais podem ter implicações políticas; mas ambas as dimensões são irredutíveis, e por isso é útil distingui-las. Os dados organizacionais que sistematizo são relativos a 1) unificação ou criação de novas entidades; 2) base de representação; e 3) quantidade de sócios. O posicionamento político das lideranças sindicais será identificado a partir da filiação das diferentes organizações à Confederação dos Professores do Brasil/ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e a alguma central sindical.

² A principal fonte deste artigo é constituída por um extenso corpus de dissertações e teses sobre as associações e sindicatos de trabalhadores em educação, corpus com o qual trabalhei em Gindin (2011). Não posso, por motivos de espaço, citá-los no presente trabalho. Mas, quero ressaltar que não poderia me propor a sistematizar informações de diferentes estados sem o trabalho que já fizeram muitos colegas, com alguns dos quais impulsionamos a Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede ASTE).

Particularmente, no caso deste artigo, gostaria de agradecer a generosidade da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), assim como a Danusa Mendes de Almeida e de Robson Câmara, que contribuíram com algumas informações relativas aos casos do Ceará e do Maranhão respectivamente. Também consultei duas pesquisas que não tinha incorporado na minha tese, sobre os casos de Bahia (SANTOS, 1993) e Goiás (CANESIN, 1993).

Mesmo com todo este corpus de produção coletiva, o tipo e a qualidade das informações dos diferentes estados é muito desigual. Utilizei, também, informações disponíveis nos sites institucionais de sindicatos e centrais sindicais.

O sindicalismo dos trabalhadores em educação em contexto

Em meados do século XX, em praticamente todos os estados brasileiros atuavam associações de professores primários das redes públicas. Essas operavam fora da legislação trabalhista (que não permitia a sindicalização do setor público) e, na maioria dos casos, eram relativamente débeis. Às vezes compartilhavam a base de representação com organizações de professores estaduais que funcionavam no interior dos estados ou que tinham perspectivas político-sindicais divergentes. Outros segmentos que se organizaram, com posterioridade, foram os professores de algumas redes municipais e os professores de ensino médio – esses últimos, às vezes, em diferentes organizações segundo a modalidade ou a titulação³.

Normalmente, as entidades estaduais tinham grandes dificuldades para se organizar no interior dos estados e também para atuar nacionalmente. Algumas associações de professores primários que atuavam nas redes estaduais constituíram, em 1960, a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB). A CPPB só aceitava uma entidade por estado, e quando a Confederação dos Professores Primários (CPP) de São Paulo abandonou a CPPB (1966) incorporou outra organização paulista, que reunia professores de ensino médio (a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP). Outra organização nacional foi a Associação de Professores Licenciados do Brasil (APLB), constituída no início da década de 1950, promovida a partir de um movimento nacional de licenciados. Mas essa Associação não conseguiu se institucionalizar, embora a sua seção da Bahia continuasse articulada com lideranças docentes de outros estados, e em 1972 reunisse, num encontro nacional, professores licenciados de dez estados (SANTOS, 1993).

Na década de 1970, a CPPB deixou de representar exclusivamente os professores das primeiras quatro séries e se transformou na Confederação dos Professores do Brasil (CPB), recomendando a afiliação às suas organizações de base, que fizeram o mesmo. Ao longo da década, cresceu entre um segmento das lideranças tradicionais da CPB a insatisfação com o governo militar, pois as suas reivindicações e expectativas trabalhistas não eram satisfeitas. Por outro lado, entidades de ensino médio ou de professores licenciados também começaram a filiar em todo o ensino básico. Em vários estados, professores jovens, com posições radicalizadas, começaram a se organizar dentro ou fora

³ Existiram associações de professores de escolas técnicas, de professores licenciados (pelas faculdades de Filosofia), etc.

das organizações estabelecidas. O resultado foi um cenário mais competitivo, política e organizacionalmente. Esta é, resumidamente, a situação política e organizacional do professorado quando começa o ciclo de mobilizações de 1978.

A repercussão no professorado das greves dos metalúrgicos do ABC de maio de 1978 foi imediata. Em junho daquele ano foram à greve os professores da Bahia, e em agosto os do Paraná e de São Paulo. Em 1979, foi a vez do professorado do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, etc. Em três anos, os professores de praticamente todos os estados tinham realizado uma ou duas greves.

Em alguns casos, as lideranças combativas já tinham ou ganharam a direção das associações (Bahia, São Paulo, Mato Grosso do Sul), outras vezes criaram ou atuaram a partir de novas organizações (Rio de Janeiro, Minas Gerais) e em outros casos eram dirigentes tradicionais os que encabeçavam as mobilizações (Rio Grande do Sul e Espírito Santo). Em 1979, a CPB passou a ser dirigida por essas últimas lideranças, quando Maria Thelma Lopes Cançado renunciou à presidência e Hermes Zaneti (Rio Grande do Sul) assumiu a presidência da CPB. Mas as entidades mais dinâmicas de importantes estados como Bahia ou Minas Gerais estavam fora da CPB.

A militância docente que estava à frente das greves encontrava-se dividida. Um segmento se nucleava no Partido dos Trabalhadores (PT), e estava integrado por quadros identificados com diferentes tendências de esquerda, de grupos trotskistas ou com origem em rupturas com o Partido Comunista na década de 1960. A APEOESP (São Paulo) era a principal associação dirigida por petistas. Esses disputavam a direção do movimento com docentes do Partido Comunista (PC), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e outros quadros de esquerda que se mantinham à margem do PT. A APLB (Bahia), depois de ser dirigida por petistas, passou a ser conduzida por militantes do PCdoB em 1985. Um terceiro segmento estava integrado por lideranças tradicionais, sem militância nos partidos de esquerda, mas que teria forte projeção política – como era o caso do próprio Zaneti, do Rio Grande do Sul⁴.

Lideranças identificadas com o PT criaram em 1981 uma nova organização federal, a União Nacional dos Trabalhadores em Educação (UNATE). Do congresso que criou a UNATE participaram organizações de docentes particulares e públicas, de todos os níveis. Das redes públicas de ensino básico participaram entidades que tinham pertencido ou pertenciam à CPB (as de São Paulo, Goiás, Paraíba e Acre), entidades com certa tradição que sempre estiveram fora da CPB

⁴ Zaneti foi deputado federal de 1983 a 1991, primeiro pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e depois pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB, criado em 1988).

(como a APLB da Bahia e a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco – APENOPE), outras criadas no contexto das mobilizações ou pouco antes (como a União dos Trabalhadores do Ensino – UTE, de Minas Gerais; a Associação de Professores do Pará – APEPA; a Associação Profissional dos Professores do Amazonas – APPAM; a Associação dos Servidores Públicos do Estado do Ceará – ASPEC; ou o Centro Estadual de Professores – CEP, do Rio de Janeiro), associações de supervisores ou orientadores (da Bahia, do Ceará e de Pernambuco), poucas entidades locais ou regionais de professores, e pelo menos uma organização das redes municipais, a dos professores da rede de Curitiba (FERREIRA JR., 1998). Mas esse arco de organizações não avançou no projeto e decidiu militar dentro da CPB. A CPB fez algumas reformas para conter essas entidades e, para 1985, a Confederação tinha duas entidades filiais no Amazonas, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Piauí (ver tabela 1). Os petistas promoveram, em 1983, a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e passaram a pressionar para que a CPB e as suas entidades de base se filiassem. A filiação à CUT, nos primeiros anos de vida da central, é um bom indicador da hegemonia dos grupos petistas nas direções sindicais⁵.

Ao longo da década de 1980, as organizações que canalizavam a mobilização docente expandiram-se para o interior dos estados e filiaram novos trabalhadores. A quantidade de sócios às principais entidades da CPB mais do que se duplicou na década de 1980. Nas entidades menores o crescimento relativo parece ter sido maior, pois muitas tinham uma atividade limitada e passaram a ser, no contexto das mobilizações, espaços de militância de uma grande camada de novos ativistas⁶. Segundo dados dos seus próprios congressos, a CPB/CNTE passou de 76 mil sócios em 1978, para 295 mil em 1985 e 572 mil em 1991.

O sindicalismo dos trabalhadores em educação, dentro ou fora da CPB, se encontrava em ebulição. Os trabalhadores da rede federal de ensino básico e os professores universitários criaram as suas próprias organizações (os atuais Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica/SINASEFE – e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior/ANDES-SN). A organização conjunta com os sindicatos das redes particulares não avançou, e onde existia (no Distrito Federal) recentemente foi criada uma organização específica para os professores da rede particular. Os

⁵ De qualquer maneira, deve-se ter cuidado, pois essa relação não foi mecânica. Em Goiás, por exemplo, a entidade de professores (Centro de Professores de Goiás/CPG) estava liderada desde 1979 por um grupo que se identificou com o PT. Em março de 1983 foi realizado o Congresso que elegeu a direção estadual da CUT, mas o CPG não se filiou imediatamente à CUT, acompanhando a decisão do 17º congresso nacional de Professores da CPB (CANESIN, 1993).

⁶ A APLB da Bahia passou de ter 2.800 sócios em 1978 para ter 32.000 em 1989 (SANTOS, 1993).

professores mobilizados promoviam a construção de entidades únicas com os outros segmentos de trabalhadores em educação, onde se reunissem os professores com os orientadores, supervisores e funcionários técnicos e administrativos; tanto das redes estaduais como municipais.

Os trabalhadores em educação pretendiam constituir sindicatos legalmente reconhecidos, o que foi possibilitado pela Constituição Federal de 1988. De qualquer maneira, outras peças-chaves da ação sindical não foram estabelecidas ou regulamentadas legalmente até a atualidade (a negociação coletiva, o direito de greve) e não parece que o reconhecimento legal tenha significado uma grande transformação no sindicalismo dos trabalhadores em educação. Várias organizações já contavam com o desconto sindical automático na folha de pagamento dos sócios, já tinham diretores liberados, já participavam do movimento sindical e as suas lideranças eram protegidas do despido arbitrário pela estabilidade trabalhista garantida aos funcionários concursados. O principal “incentivo seletivo” para constituir sindicatos reconhecidos de funcionários públicos foi a possibilidade de recolher o dinheiro da contribuição sindical obrigatória, que foi rechaçada pela grande maioria das entidades de trabalhadores em educação⁷.

De qualquer maneira, as associações avançaram na constituição de sindicatos legalmente reconhecidos. Em 1989, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e um ano depois, nessa confederação, se unificaram a CPB, a Federação Nacional de Orientadores Educacionais, a Federação Nacional dos Supervisores de Educação e a Coordenação Nacional de Funcionários de Escolas Públicas⁸. Nos estados, a CNTE promoveu congressos de unificação de todas as entidades.

O sindicalismo docente consolidou-se progressivamente como um sindicalismo identificado com a CUT e com o PT; mas, como caberia esperar, não foi um processo mecânico. Niso Prego, militante petista de Goiás, quem ocupava a vice-presidência da CPB, foi eleito presidente numa eleição de chapa única quando Hermes Zaneti deixou a presidência da CPB (1985)⁹. Mas, no congresso seguinte foi eleito presidente Tomaz Gilian Deluca Wonghon, do Rio Grande

⁷ O Sindicato de Trabalhadores em Educação de Goiás recolhe o imposto sindical, mas trata-se de um caso excepcional.

⁸ Na ata de unificação pode se ler que essas entidades “ratificando deliberações do XXII Congresso Nacional da CPB (1989) [...] resolvem propor à categoria de trabalhadores em educação, para deliberação, neste Congresso Extraordinário da CPB, a transformação de sua razão social para Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE, unificando organicamente as entidades que congregam todos os trabalhadores em educação [...]” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 1990)

⁹ Niso Prego e Osmar Magalhães, identificados com o PT, eram as principais lideranças do CPG (CANESIN, 1993).

do Sul, próximo do grupo do Zaneti, que participaria da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1988. A partir de 1989, com a eleição do Roberto Felício (APEOESP) como presidente da CNTE, a hegemonia dos cutistas, e de Articulação Sindical (direção da CUT), não é mais seriamente contestada. Depois do Felício presidiram a CNTE Horacio Francisco dos Reis Filho (1993-1995, de Pernambuco), Carlos Augusto Abicalil (1995-2002, de Mato Grosso), Juçara Dutra Vieira (2002-2008, do Rio Grande do Sul) e Roberto Leão (eleito em 2008 e reeleito em 2011, de São Paulo).

Também não foi mecânica a filiação das entidades de trabalhadores em educação à CUT, pois algumas diretorias foram ganhas e depois perdidas pelos cutistas, e outras diretorias eram de composição. A dura disputa por filiar a CPB à CUT acabou no XXI Congresso Nacional de Professores (Brasília, 1988), com a vitória dos cutistas. De qualquer maneira, algumas organizações de base só se filiaram à CUT em meados da década de 1990 (Rio Grande do Sul e Paraná) ou inclusive na década de 2000 (Maranhão)¹⁰.

A identificação do sindicalismo docente com a CUT se fortaleceu com o ingresso à Central dos militantes sindicais do PCdoB e do PCB. O PCdoB era, em 1991, o partido com mais influência na militância dos trabalhadores em educação depois do PT¹¹. Pode-se ver que diferentemente do que acontecia antes da década de 1970, é a esquerda e a centro-esquerda política brasileira as que disputam a direção sindical dos trabalhadores em educação. As chapas que disputam a direção das organizações sindicais se organizam com critérios claramente políticos: Articulação Sindical (direção do PT), CUT Socialista e Democrática (CSD), Corrente Sindical Classista (PCdoB), Movimento dos Trabalhadores Socialistas (constituída pelos militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados), etc.

Pode-se falar de um processo de médio prazo no qual setores tradicionais que acompanharam as mobilizações da década de 1980 perdem presença, paralelamente à institucionalização e à perda de radicalismo de Articulação Sindical. Nesse caminho, na década de 1990, a Articulação Sindical e os militantes do PCdoB aproximaram-se, enquanto a unidade petista começou a mostrar cada vez mais tensões.

¹⁰ O sindicato do Paraná filiou-se em 1995 e o do Rio Grande do Sul em 1996. No Maranhão, foi uma nova direção sindical, identificada com o PCdoB, que conseguiu filiar o sindicato à CUT em 2002.

¹¹ No Congresso da CNTE de 1991, 58,2 % dos delegados manifestaram ter aderido ao PT e o partido que seguia nas preferências era o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com a adesão de 8% dos delegados (RIBEIRO; JOIA, 1992).

As redes municipais de ensino se expandiram na década de 1990 até chegar a serem as principais empregadoras dos trabalhadores em educação. Esta situação significou um desafio para a CNTE e as suas entidades de base, muitas das quais atuavam predominantemente nas redes estaduais. Em algumas redes municipais, atuavam sindicatos de funcionários públicos que *também* representavam professores ou entidades locais de trabalhadores em educação. A CNTE atuou em duas frentes: negociou com o governo federal como representante dos trabalhadores em educação das redes estaduais e municipais; e, a partir de 2002, passou a promover a incorporação de sindicatos de trabalhadores em educação de base municipal. Para o congresso de 2011, treze sindicatos de base municipal tinham se incorporado à confederação.

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, em 2003, houve um acirramento das diferenças político-sindicalistas dentro do arco de correntes que participavam da CUT. No novo contexto político, algumas correntes passaram a promover agrupamentos sindicais alternativos, como a Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS e a Intersindical. Por outro lado, a Corrente Sindical Classista (CSC), que era a segunda força na CUT e cuja referência política (o PCdoB) era aliada do governo do PT, decidiu criar uma nova central sindical, a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). A CSC mantém o apoio ao governo do PT e dirige a CNTE numa aliança com Articulação Sindical. Nesse contexto, em muitas entidades, a discussão sobre o pertencimento a determinada central passou a ser um ponto polêmico do debate sindical. É importante ressaltar que a CSC tende a ter uma hegemonia bastante grande nas organizações que lidera, e que, consequentemente, a simples desfiliação à CUT (sem a filiação à CONLUTAS, nem à Intersindical, nem à CTB) indica a gravitação da ex-esquerda cutista, e não da CSC. A situação atual está sistematizada na Tabela 1.

TABELA 1 – ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NAS REDES ESTADUAIS E DAS CAPITAIS ESTADUAIS

UF	Entidade e ano de criação	Características	Filiação CPB/ CNTE e número de sócios		Central (2011)
			CPB (1985)	CNTE (2011)	
AC	ASPAC (1974)	AASPAC declarou 350 sócios à CPB em 1978. Em 1989 transformou-se em SINTEAC. Em 1999 um grupo insatisfeito com o SINTEAC criou o SINPLAC, que tem registro sindical.	1.601	9.663	CUT
	SINPLAC (1999)		--	--	--
O SINTEAC e o SINPLAC atuam na rede municipal de Rio Branco.					
AL	APAL (1965)	A APAL declarou à CPB ter 1.000 filiados em 1978. Em 1984 uma nova diretoria, oposta desde 1980 à direção tradicional, ganhou a eleição e, em 1988, nasceu o SINTEAL, filiando as redes municipais.	12.628	28.836	CUT
O SINTEAL atua na rede municipal de Maceió.					
AM	SAP (1930)	Em retrocesso, a tradicional SAP passou de declarar 400 sócios à CPB (1978) a declarar 290 (1985). A APPAM, criada em 1979, se transformou em 1989 no SINTEAM, filiando as redes municipais.	290	S/A	--
	APPAM (1979)		5.396	12.941	CTB
O SINTEAM atua na rede municipal de Manaus.					
AP	APA (1952)	Aparentemente, a velha organização filiada à CPB se transformou no atual SINSEPEAP, filiando as redes municipais.	1.573	12.925	CUT
O SINSEPEAP atua na rede municipal de Macapá.					
BA	SUPP (1947)	A APLB, que canalizou o movimento docente, deixou de organizar exclusivamente “licenciados” no final da década de 1970. Em 1989 transformou-se em sindicato de trabalhadores em educação num congresso de unificação com outras entidades. Filia também as redes municipais.	1.570	--	--
	APLB (1952)		10.135	57.436	CTB
A APLB atua na rede municipal de Salvador.					

Continua

Continuação

CE	APEOC (1962)	A APEOC declarou à CPB ter 1.211 sócios em 1978. Um grupo emergente de professores criou a ASPEC em 1979, mas em 1983 desativaram a entidade para se integrar à APEOC. Uma parte da oposição (não cutista) integrou-se à diretoria. A APEOC transformou-se em sindicato em 1988. A oposição cutista promoveu uma nova entidade, o SINTECE (1990), que em 1991 se unificou com associações de supervisores, professores de educação física e orientadores, criando o SINDIUTE. A APEOC participou do congresso, mas acabou não se integrando. A CNTE incorporou a APEOC em 2003, e passou a ter duas entidades no estado. Ambas filiam as redes municipais.	12.000	25.203	CUT
	SINDIUTE (1991)		--	4.000	CUT
O SINDIUTE e o APEOC atuam na rede municipal de Fortaleza.					
DF	APDF (1975)	A APDF declarou à CPB ter 350 sócios em 1978. Um ano depois se transformou em SINPRO, pois os professores estavam contratados no marco da CLT. Reunia também os professores da UnB (que depois criaram a sua própria entidade) e da rede particular. Em 2005, o sindicato se dividiu e foi criado o SINPROEP, para representar aos trabalhadores da rede particular.	10.810	41.367	CUT
	SAE (1982)	Representa os funcionários.	--	15.348	CUT
ES	UPPES (1958)	Filia as redes municipais.	8.467	23.618	--
O SINDIUPES atua na rede municipal de Vitória.					
GO	CPG (1972)	As associações de professores de ensino primário e ensino médio unificaram-se no Centro de Professores de Goiás (CPG), que declarou ter 7.000 sócios em 1978. Na eleição de 1979 assumiu uma nova diretoria, renovadora, identificada depois com o PT. Em 1988 criou-se o SINTEGO, com a unificação do CPG (professores e funcionários) com associações de supervisores e orientadores. Filia inclusive as redes municipais.	14.267	26.537	CUT
O SINTEGO atua na rede municipal de Goiânia					

Continua

Continuação

MA	APEMA (1976)	Em 1989 se transformou em SINPROESEMMA, e passou a representar todos os trabalhadores em educação. Filia também as redes municipais.	9.080	22.283	CTB
Na rede municipal de São Luís atuava a APEMM (1972), que se transformou em SINDEEDUCAÇÃO e filia os profissionais do magistério.			--	--	--
MG	APPMG (1931)	Os professores grevistas criaram a UTE, em 1979. Em 1990, no congresso em que se transformou em SIND-UTE, se unificou com associações de orientadores, de diretores, e de servidores da rede de Belo Horizonte. A APPMG tinha se transformado em Sindicato (SINPEP), participou do congresso, mas não se unificou e perdeu o seu caráter sindical. O SIND-UTE filia as redes municipais.	10.882	--	--
	UTE (1979)		10.283	82.992	CUT
Na rede municipal de Belo Horizonte atuava o SINTEP, que se integrou ao SIND-UTE. Em 2006, professores críticos da condução do SIND-UTE saíram e criaram o SINDREDE/BH.			--	--	CON-LUTAS
MS	FEPROSUL (1979)	Três associações locais se federaram em 1979 e setores de esquerda avançaram na principal dessas associações (a da capital), ganhando as eleições e organizando a greve de 1981. Posteriormente, criaram-se novos sindicatos municipais de trabalhadores em educação, filiados à federação (FETEMS). Filia inclusive as redes municipais.	5.864	23.304	CUT
A FETEMS atua na rede municipal de Campo Grande.					
MT	AMP (1965)	A AMP já filiava professores de ensino primário e médio quando uma diretoria renovadora ganhou as eleições de 1979 e organiza esse ano uma greve. Um ano antes tinha declarado ter 1.000 sócios. Em 1987 a entidade passa a filiar os técnicos e administrativos e em 1988 transformou-se em sindicato (SINTEP-MT). Filia inclusive as redes municipais.	4.046	16.000	CUT
O SINTEP atua na rede municipal de Cuiabá.					

Continua

Continuação

PA	APEPA (1979) FEPPEP (1983)	A APEPA foi desestruturada depois de um conflito e resurgiu como Federação, em 1983. Em 1988 transformou-se em SINTEPP. Filia também as redes municipais.	3.600	14.186	--
O SINTEPP atua na rede municipal de Belém.					
PB	AMPEP (1974)	Em 1978 declarou ter 518 sócios à CPB. Reúne todos os segmentos de trabalhadores em educação e filia as redes municipais.	6.411	8.200	CUT
Na rede municipal de João Pessoa atua o SINTEM.			--	2.457	CUT
PE	APENOPE (1967)	Em 1979 um novo grupo assumiu a direção da APENOPE e liderou uma greve.	4.046	27.601	CUT
	CPP (1951)	Em 1990 criou-se o SINTEPE, onde se fusionaram a APENOPE e entidades dos Orientadores, Supervisores e da Comissão dos Funcionários Administrativos. O Centro dos Professores de Pernambuco (CPP) participou do processo, mas acabou não se integrando. O SINTEPE filia as redes municipais.	5.169	--	--
Na rede municipal de Recife atua o SIMPERE.			--	4.480	CON-LUTAS
PI	CERMAP (1956)	A APEMOP (ensino médio estadual) passou a filiar os professores das redes municipais e de ensino primário em 1973, quando se transformou em APEP.	2.114	--	
	APEMOP (1967)	Em 1978 era o único estado onde a CPB tinha duas entidades filiadas, a CERMAP (1.100 sócios) e a APEP (2.400 sócios). Em 1990 a APEP se transforma em SINTE-PI, ampliando a sua base, e em 1997 unificou-se com associações de orientadores e supervisores. Filia inclusive as redes municipais.	2.500	23.008	CUT
Um sindicato de funcionários atua na rede municipal de Teresina.			--	--	--

Continua

Continuação

PR	APP (1947)	A greve de 1979 foi encabeçada pela APLP, com sede em Londrina. Em 1981, a APP, com uma nova diretoria, unificou-se com a APLP e com a APMP (criadas em 1967 e 1972). A APP, que em 1978 declarava ter 5.000 sócios, passou a declarar mais de 20.000 em 1985. Em 1989 transformou-se em sindicato e, em 1998, incorporou uma entidade de funcionários (Sinte-PR). Filia também as redes municipais.	22.167	55.142	CUT
Na rede municipal de Curitiba, em 1979, foi reconstituída uma associação de professores (a AMMC). Transformou-se em SISMMAC em 1989, e filia professores, orientadores e supervisores.			--	5.053	CUT
RJ	UPPE (1945)	O SEP organizou uma greve em 1979, e posteriormente unificou-se com a UPRJ e a APRJ (duas entidades tradicionais).	--	--	--
	Sind-SEEPERJ	Em 1987 ampliou-se para incorporar o conjunto dos profissionais de educação e em 1988 transformou-se em sindicato. A UPPE é uma entidade tradicional de professores e o Sind-SEEPERJ filia funcionários e técnicos administrativos.	--	--	UGT
	SEP (1977)		4.750	--	CON-LUTAS
O SEPE atua na rede municipal do Rio de Janeiro.					
RN	APRN (1920)	A APRN declarava ter 520 sócios em 1978. Em 1986 um novo grupo assumiu a direção da entidade e em 1989 esta se transformou em sindicato (SINTE-RN), e se unificou com as entidades de supervisores e orientadores. Filia também as redes municipais.	5.697	30.380	CUT
O SINTE-RN atua na rede municipal de Natal.					
RO	ARP	Em 1989 foi fundado o SINTERO. Filia inclusive as redes municipais.	S/D	13.700	CUT
O SINTERO atua na rede municipal de Porto Velho.					
RR	APAIMA (1981)	Existia inicialmente um acordo para transformar a APAIMA em sindicato, quando foi criado o SINTER (1988), mas um grupo continuou funcionando como APAIMA. O SINTER filia as redes municipais.	1.028	--	--
	SINTER (1989)		--	4.258	CUT
Aparentemente, na rede municipal de Boa Vista atua o SINTER e um sindicato de trabalhadores municipais.					

Continua

Continuação

RS	CPPE (1945)	Tinha 20 mil sócios em 1978 e era a entidade de base mais numerosa da CPB. Expandiu-se ao interior do estado, em 1989 transformou-se em sindicato e em 1990 incorporou os funcionários de escola. Não filia as redes municipais.	68.415	83.459	CUT
A APMPA (1964), que atuava na rede municipal de Porto Alegre, transformou-se em Sindicato de trabalhadores em educação (ATEMPA, 1992), incorporando os técnicos e administrativos.			--	--	--
SC	ACP (1952)	A ACP, que tinha declarado 2.500 sócios à CPB em 1978, deixou de participar da confederação. A ALISC canalizou as mobilizações dos anos 1980 e transformou-se em SINTE-SC em 1988. Não filia as redes municipais.	--	--	--
	ALISC (1966)		4.235	25.001	CUT
Um sindicato de funcionários atua na rede municipal de Florianópolis.			--	--	CUT
SE	APMESE (1977)	A mobilização não se canalizou pela entidade de base da CPB (a APES), que acabou desaparecendo, mas pela APMESE. A oposição à direção da APMESE, depois identificada com o PT, que em 1992 ganhou as eleições. Em 1988 a APMESE tinha se transformado em sindicato (SINTESE). Filia inclusive as redes municipais.	3.052	24.539	CUT
Em Aracajú atuava uma associação criada em 1985, APEMA, que em 1990 transformou-se em sindicato, SINDIPEMA. Representa todos os servidores da rede municipal de ensino.			--	1.888	CUT
SP	CPP (1930)	Os grupos emergentes que promoveram a greve de 1978 conquistaram a diretoria da APEOESP em 1979. APEOESP canalizou a militância sindical, UDEMO (diretores) se fortaleceu e foram criadas entidades de supervisores (APASE) e funcionários (AFUSE). Com a exceção do CPP, todas têm registro sindical. A APEOESP transformou-se em sindicato em 1990 e filia as redes municipais (mas não na capital).	--	--	--
	APEOESP (1945)		42.438	180.000	CUT
	UDEMO (1952)		--	--	--
	APASE (1981)		--	--	--
	AFUSE		--	32.253	CUT

Continua

Continuação

	SINPEEM (1956)	Na Rede municipal de São Paulo atuam cinco sindicatos de trabalhadores em educação, o principal dos quais é o SINPEEM – que se transformou em sindicato em 1988 e filia técnicos e administrativos. A APROFEM, criada inicialmente em 1981, também se transformou em sindicato em 1988 e filia professores e trabalhadores técnicos e administrativos. As outras organizações são de funcionários da prefeitura (SINDSEP), de especialistas (SINESP) ou de educação infantil (SEDIN).	--	46.292	CUT
	APROFEM (1981)		--	--	--
	SINDSEP (1987)		--	--	CUT
	SINESP (1992)		--	--	--
	SEDIN (2004)		--	--	--
TO	SINTET (1988)	Trata-se de um estado “novo”, constituído em 1988. Nesse mesmo ano criou-se o SINTET. Filia também as redes municipais.	--	10.482	CUT
O SINTET atua na rede municipal de Palmas.					

NOTA: das entidades tradicionais, só menciono as que continuam atuando ou participavam da CPB em 1985. A lista das entidades integrantes da CPB em 1985 é exaustiva; a da CNTE, em 2011, não, pois havia outras organizações de trabalhadores em educação que atuavam no interior dos diferentes estados (duas na Bahia e no Rio Grande do Sul; uma no Maranhão, em Pernambuco e no Piauí). FONTE: Elaboração própria baseada em Carvalho (1989), para os dados do Congresso da CPB de 1985; em Ferreira Jr. (1998), para os dados de afiliação em 1978 e em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (2010) para o Congresso de 2011. Também utilizei material sistematizado de Gindin (2011) e nos websites institucionais (visita em julho de 2012).

Considerações finais

A breve reconstrução histórica dos processos políticos e organizativos, os dados apresentados na Tabela 1, e algumas informações pontuais que acrescento neste apartado, permitem fazer pelo menos seis considerações.

Em primeiro lugar, com a exceção do Ceará, o ativismo docente das redes estaduais se concentrou exclusivamente numa entidade, inclusive nos casos em que continuaram atuando mais de uma organização por estado. As entidades tradicionais que não se unificaram estão praticamente desativadas (como a SUPP da Bahia, ou a APAIMA de Roraima) ou atuam paralelamente às organizações da CNTE, talvez de maneira complementar, participando das demandas trabalhistas e inclusive de alguns processos de mobilização (como o CPP de São

Paulo ou o CERMAP do Piauí).¹² Um dado interessante, ainda se marginal, é a criação de novas entidades sindicais na rede estadual do Acre (1999) e na rede municipal de Belo Horizonte (2006). Trata-se de entidades que surgem a partir de grupos opositores às entidades de base da CNTE. O caso da cidade de São Paulo, com um sindicato hegemônico e organizações menores que disputam segmentos da sua base, parece ser excepcional; e em certa medida replica o que acontece na rede estadual.

Em segundo lugar, o processo de unificação sindical dos professores com outros segmentos de trabalhadores em educação foi comum a quase todas as entidades estaduais que canalizaram a mobilização dos trabalhadores em educação na década de 1980. Pelos dados que podemos reconstruir, a última entidade a incorporar os especialistas em educação foi a do Piauí (1997) e a última a incorporar os técnicos e administrativos foi a do Paraná (1998). Em termos gerais, os orientadores e supervisores tiveram mais possibilidades de criar organizações próprias (e depois se unificaram). Em algumas unidades federativas essa unificação não se consumou, e continuam atuando entidades de técnico-administrativos (Distrito Federal e São Paulo) que de qualquer modo participam da CNTE e da CUT. Só em São Paulo continuam atuando, também, diferentes organizações que reúnem supervisores e diretores. Possivelmente a explicação dessa situação decorra, parcialmente, do fato de se tratar de uma rede muito grande, com muita tradição e claramente hierarquizada (a promoção vertical se logra mediante concursos) fato que contribuiu para uma forte identidade de cada segmento de trabalhadores em educação.

Em terceiro lugar, a atuação dos sindicatos estaduais nas redes municipais varia muito entre os diferentes estados. Pode-se dizer que praticamente todos tentaram organizar esse segmento (crescente) da categoria, pois aparentemente só as entidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se mantiveram como entidades limitadas às redes estaduais. Na capital do primeiro estado atua uma organização de trabalhadores em educação; na capital do segundo um sindicato que representa o conjunto do funcionalismo. Mas, sindicatos estaduais que filiam as redes municipais convivem nas capitais com organizações municipais de trabalhadores em educação (em São Paulo, Sergipe, Pernambuco, Paraná, Maranhão, Paraíba) ou com entidades que representam o conjunto do funcionalismo municipal (Piauí). Inclusive sindicatos que filiam as redes municipais e nas capitais (como os da Bahia e de Goiás) convivem com organizações

¹² Existem casos de dupla afiliação. Em 1997, segundo a presidenta da associação tradicional dos professores primários do Piauí (CERMAP), 85% dos cinco mil sócios eram ao mesmo tempo sócios do SINTE (o sindicato de base da CNTE no estado), que por sua vez triplicava a quantidade de filiados do CERMAP (BONFIM, 2000).

municipais no interior dos seus estados em lugares como Camaçari (Bahia) ou Anápolis (Goiás).

Em quarto lugar, a conversão das associações em organizações sindicais foi generalizada e muito rápida. A maioria o fez em 1988 ou 1989. Embora muitas tenham sido reconhecidas pelo estado, obtendo o registro sindical, o caso do Rio de Janeiro é um bom exemplo da pouca relevância desse reconhecimento para a atividade sindical real da categoria. Legalmente, atuam no estado um sindicato de professores (a antiga associação tradicional do estado da Guanabara) e uma organização de funcionários (o Sind-SEPERJ), nenhum dos quais é filiado à CNTE. O SEPE, que canaliza a atividade sindical da categoria, não tem registro sindical.

Em quinto lugar, e como têm mostrado outros estudos, o sindicalismo docente tem participado ativamente da construção da CUT. Em estados como São Paulo, Minas Gerais, Pará ou Goiás as direções das organizações docentes se identificavam com o PT e participaram ativamente da fundação da CUT. Mas é importante destacar que algumas das principais entidades de base da CNTE, como as do Paraná e do Rio Grande do Sul, só se filiaram à CUT em meados da década de 1990 e que o sindicato do Maranhão se filiou ainda depois. Os sindicatos municipais parecem ter seguido, em linhas gerais, a mesma trajetória. As entidades tradicionais que continuaram atuando permaneceram sem se filiar a nenhuma central.

Finalmente, a profunda recomposição político-sindical do ativismo sindical na última década é muito desigual entre os diferentes estados e não significou mudanças significativas na direção da CNTE (que é liderada comodamente por uma aliança composta pela Articulação Sindical, a CSC e, eventualmente, a CSD). Os sindicatos estaduais do Maranhão, da Bahia e do Amazonas, liderados pela CSC, saíram da CUT para se integrar à CTB. As correntes de esquerda lograram a desfiliação dos sindicatos do Pará, Espírito Santo e Rio de Janeiro. No caso do Rio de Janeiro foram ainda mais longe, e levaram a que o SEPE saísse da CNTE. Entre os sindicatos municipais das capitais estaduais, a maioria está filiada à CUT e à CNTE (os de São Paulo, Aracaju, João Pessoa e Curitiba) e há dois filiados à CONLUTAS (os de Recife e Belo Horizonte).

REFERÊNCIAS

BONFIM, M. do C. A. *Movimento de docentes da educação básica pública piauiense: heterogeneidade*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

CANESIN, M. T. *Um protagonista em busca de interlocução: um resgate da história do movimento de professores da rede pública de 1º e 2º graus em Goiás na conjuntura 1979/1989*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

CARVALHEIRO, H. C. *A organização dos professores públicos e a realidade brasileira: uma perspectiva histórica e sindical, dos estudos de caso: APPMG e UTE*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. *Ata da plenária do congresso de unificação dos trabalhadores em educação*. Aracaju: CNTE, 1990.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. *31º Congresso Nacional da CNTE. Número das afiliadas com base nos valores arrecadados mensalmente e no relatório da CUT nacional*. Brasília: CNTE, 2010.

FERREIRA Jr., A. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

GIN DIN, J. *Por nós mesmos. As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RIBEIRO, V; JOIA, O. *Trabalhadores em educação: perfil e representação dos delegados ao 23º Congresso da CNTE (1991)*. São Paulo: CEDI/CNTE, 1992.

SANTOS, N. M. *Movimento dos professores da rede pública na Bahia (1952-1989)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

Texto recebido em 03 de outubro de 2012.

Texto aprovado em 18 de outubro de 2012.